

Informe Ambiental



Informativo do Departamento de Meio Ambiente – DMA da
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

Edição 93- Março de 2014

cdma@fiesp.com - www.fiesp.com.br - twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549.4675 - 11 3649.4237

Na semana do Dia Mundial da Água, Fiesp firma parcerias com a SOS Mata Atlântica e 11 universidades

Convênio com a Fundação visa a promover o reflorestamento e parceria com instituições de ensino superior tem como objetivo promover um concurso de ideias inovadoras

Na abertura do seminário “Água, Saúde, Enchentes e Escassez”, realizado na manhã do dia 18 de março, na sede da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), o presidente das entidades, Paulo Skaf, parabenizou a união de vários representantes da sociedade em torno de um tema de tal relevância e assinou dois convênios: um com a Fundação SOS Mata Atlântica e outro com 11 universidades. O protocolo de cooperação entre a Fiesp e o Ciesp e a Fundação SOS Mata Atlântica visa a promover o reflorestamento de áreas em todo o Estado de São Paulo. Já a assinatura de convênio da Fiesp com 11 universidades teve como objetivo lançar o concurso “Água, Ideias Inovadoras, Soluções Sustentáveis”. Participam do convênio as universidades Anhembí Morumbi, Cruzeiro do Sul, Centro Universitário da FEI, Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Mackenzie, Rio Branco, São Judas, Sumaré, Faculdades Trevisan, Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) e Universidade Santo Amaro (Unisa).

No concurso, estudantes das 11 instituições parceiras estão convidados a desenvolver projetos sobre o tema. Os melhores projetos de cada universidade serão premiados em setembro, nas celebrações do Dia da Árvore. “Agradeço a todas as universidades que estão participando dessa parceria com o objetivo de colocar a criatividade e o talento dos jovens para desenvolver projetos”, destacou Skaf, que disse ter ficado bastante feliz com os convênios firmados durante o evento.



Paulo Skaf destacou a importância das parcerias com a SOS Mata Atlântica e universidades.

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

De acordo com o presidente da Fiesp e do Ciesp, o desenvolvimento que se busca é aquele que respeita o tripé da sustentabilidade, formado pelos pilares social, ambiental e econômico. “Todos queremos o desenvolvimento econômico, mas todos queremos respeito ao meio ambiente e à água, o não desperdício e a produção mais limpa.”

Skaf destacou ainda que é preciso debater os problemas, mas é importante a união na busca de soluções. “Se deixarmos represados – já que estamos falando em água – os problemas, não vamos dar conta de outros que vão surgir.” Eduardo San Martin, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Fiesp e da área de meio ambiente do Ciesp, destacou a parceria firmada com a Fundação SOS Mata Atlântica. “Particularmente, considero esse um dos momentos mais importantes dos 35 anos em que labuto na área ambiental”, disse San Martin. “Uma parceria do setor produtivo paulista com aquela que é a mais conceituada organização não governamental que atua na área ambiental, que é a SOS Mata Atlântica, é muito importante”, completou o diretor, lembrando que há quase uma década a Fiesp homenageia, por intermédio do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água, empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais e aumentando a competitividade do setor.



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Eduardo San Martin, diretor de Meio Ambiente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, presidente da Fiesp e do Ciesp, Mario Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, e Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Meio Ambiente da entidade.

Mario Mantovani, diretor institucional da SOS Mata Atlântica, destacou o momento atual, com grandes transformações tecnológicas e sociais, e a importância do idealismo dos jovens. Mantovani lembrou que, na década de 1970, ele próprio militava para grandes mudanças, muitas vezes em embates com as indústrias, mas sempre em busca de uma boa solução. “Se naquele momento nós fazíamos desobediência civil para melhorar o sistema, também fizemos a discussão do que é hoje o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, que foi a base para a legislação nacional”, ressaltou.

Dulce Moraes, Agência Indusnet Fiesp



“O que nós precisamos é de atitudes”, ressaltou Mario Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica.

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água

Toyota e Antares vencem o Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água

As menções honrosas foram conquistadas pela Ambev do Brasil e Votorantim Metais.

A premiação ocorreu em cerimônia realizada no Teatro do Sesi, em São Paulo

A Toyota do Brasil e a Antares Reciclagem são as vencedoras da 9ª edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água. A cerimônia de premiação foi realizada no dia 18 de março, no Teatro do Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP), na Avenida Paulista. O prêmio, iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é um reconhecimento das iniciativas e contribuições do setor industrial para a redução do consumo e do desperdício de água.

A Toyota obteve o primeiro lugar na categoria empresas de grande e médio porte com o "Sistema de Gestão Ambiental (SGA)", que faz uso da norma ISO 14001. Aplicado no cotidiano das operações de fábrica da montadora, nos escritórios e nos centros operacionais da organização, o SGA identifica oportunidades para o aumento da eficiência no uso de água, diminuindo desperdícios, o consumo e a geração de efluentes. A Antares venceu na categoria micro e pequena empresa.

Ao implementar o SGA no Brasil, a Toyota conseguiu diminuir o consumo de água em 40,9 mil m³ de água, o que corresponde a uma redução de 81,7%. Foram investidos no projeto R\$ 721,5 mil e os resultados apontam para uma poupança de R\$ 411 mil anuais no consumo.

Para Sheila Sakamoto, representante da Toyota do Brasil, o reconhecimento da Fiesp incentiva os funcionários da montadora

a continuar produzindo com práticas menos agressivas ao meio ambiente.

"Esse trabalho que desenvolvemos em específico não envolve grandes tecnologias. É um trabalho baseado na melhoria mesmo com ações no dia

a dia de nossos colaboradores. A Toyota preza muito a questão de treinamento. Então, essa orientação que o colaborador recebe todo dia dá a ele as oportunidades de apresentar melhorias", afirmou Sheila. Para ela, a premiação é um reconhecimento para todos os colaboradores da Toyota. "Vamos voltar com esse troféu e divulgar para as três unidades. E isso vai ser mais um incentivo para todos", completou.



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Antares ganha Prêmio Fiesp com o processo Ecoácido



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Na categoria micro e pequena empresa, a Antares Reciclagem levou o primeiro lugar com o "Processo ecológico de reciclagem (Ecoácido) para solução eletrolítica", o único componente de baterias que não era recuperado durante o reaproveitamento dos dispositivos.

Antes de ser tratada e transformada em matéria recuperada para um novo consumo, a solução eletrolítica de baterias usadas era neutralizada em estações de tratamento de efluentes com alcalinos fortes (soda cáustica ou cal) e descartada na redes públicas de esgoto, rios e córregos. O programa Ecoácido completa o ciclo de reciclagem das baterias e ganhou o Selo Verde da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

O processo consiste no tratamento da solução sem queda de concentração, eliminando metais pesados por meio de procedimentos químicos e de filtração. A solução tratada é fornecida a outras indústrias como produto reciclado, a um custo inferior ao da matéria-prima original. Segundo Daniel Trindade, assessor da companhia, a Antares "tem traçado uma longa jornada com esse projeto. Tem dado tudo certo e temos recebido boas indicações e prêmios".

O programa Ecoácido em Pindorama e Bauru, interior de São Paulo, produz cerca de 390 mil litros da solução eletrolítica por mês. Os clientes da Antares Reciclagem diminuíram em ao menos 90% o descarte de efluentes industriais.

A Antares Reciclagem possui outras nove unidades de reciclagem de ácido em indústrias de baterias chumbo-ácido no Brasil, localizadas em Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Segundo a companhia, o processo de reciclagem é 20% mais barato que o de neutralização.

Ambev e Votorantim Metais recebem menção honrosa

A fabricante de bebidas Ambev recebeu menção honrosa pelo trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos para a redução do consumo de água. A filial de Jaguariúna reduziu o índice de consumo de água de 3,80 litros para 2,75 litros na produção de cada litro de cerveja, o que equivale a mais de 1,17 milhão de metros cúbicos. A empresa ainda pretende, entre outras metas, reduzir a emissão de gases de efeito estufa em até 10% até 2017.

A Votorantim Metais também recebeu menção honrosa por adotar processos mais eficientes na lavagem de resíduos, como filtros e diluição de substâncias. Segundo a companhia, o projeto somou, em cinco meses, um retorno de R\$ 1,117 milhão.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Diretor da Fiesp afirma que cases serão referência para a indústria

Edição 2014 do Prêmio contou com a participação de 21 empresas

Na visão do diretor titular do DMA da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Nelson Pereira dos Reis, a 9ª edição do Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso da Água incentiva práticas de conservação ambiental ao divulgar projetos de pequenas, médias e grandes empresas voltados para a preservação do meio ambiente. “A indústria vai aproveitar esses exemplos, utilizá-los e implantá-los em suas empresas”, disse Reis durante a cerimônia de premiação. Este ano, 21 empresas dos setores de alimentos e bebidas, papel e celulose, automotivo e autopeças, eletroeletrônico, metalúrgico, cerâmico e eletrodomésticos, químico, fármaco e petroquímico inscreveram projetos para concorrer ao prêmio, que é dividido em duas categorias: empresas de médio e grande porte e micro e pequenas empresas.



Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Para Eduardo San Martin, o número de inscrições no prêmio é indicador da disposição dos empresários em produzir consumindo menos água.

De acordo com a organização, o prêmio também é um indicador ambiental, uma vez que forma um acervo de casos bem-sucedidos de preservação no Estado de São Paulo.

Para o diretor do DMA e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Edu-



Foto: Everton Amaro/Fiesp

Indústria vai aproveitar exemplos do prêmio, ressaltou Nelson Pereira dos Reis.

ardo San Martin, o número de projetos inscritos no prêmio mostra a disposição do empresário em se desenvolver com práticas mais limpas de produção. “Temos ações concretas para mostrar que nós iniciamos esse movimento. Os cases apresentados pelas empresas mostram que existe na mentalidade do nosso empresário uma grande disposição de produzir consumindo menos água e energia”, afirmou San Martin na solenidade.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Notas informativas

Grupo de Estudos de Direito Ambiental discute a sustentabilidade como fator de competitividade

O advogado especialista na área ambiental, Terence Trennepohl, defendeu a regulação da área ambiental, não só jurídica mas social

Na primeira reunião em 2014 do Grupo de Estudos de Direito Ambiental, realizada no dia 11 de março, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o tema debatido foi “A variável ambiental como fator de competitividade das empresas no mercado internacional”. Para falar sobre o assunto, foi convidado o sócio do escritório de advocacia Campos Mello Advogados, Terence Trennepohl. A coordenação foi feita pelo diretor Jurídico da Fiesp e do Ciesp, Pedro Szajnferber de Franco Carneiro.

“As empresas fazem esse processo de ‘enverdecer’, de tornar suas políticas sustentáveis, não porque são boas samaritanas, mas porque há certamente um retorno econômico a médio e longo prazo”, afirmou Trennepohl. “Você tem que investir porque a sociedade global exige que você tenha essa atitude politicamente sustentável.” No entanto, o advogado diz que o mercado não pode andar sozinho, é preciso regular essas ações, não necessariamente uma regulamentação jurídica, mas social, por meio de padrões globais. “Há uma dificuldade nessa regulamentação por causa da globalização e de fontes de legislação. Eu não posso tentar regular, por exemplo, como a Nike contrata seu empregados no Brasil, na China ou na Europa, de uma maneira genérica. Vou ter que espalhar conceitos que sejam globais, para que as empresas multinacionais obedçam.” Mais do que penalizar empresas, o especialista acredita que o papel do governo é incentivar as empresas para estimular as atitudes sustentáveis. “Se o Estado cria meios, incentivos, subsídios, anistias, uma conscientização começa a ser gerida por esse Estado. Não adianta penalizar uma empresa e inviabilizar sua atividade.”



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Para Trennepohl, governo deveria incentivar as empresas para estimular atitudes sustentáveis.

Ainda sobre o papel do Estado, o advogado também falou sobre a construção de Belo Monte, no Pará. “Se construir Belo Monte vai gerar um dano ou um impacto ambiental, eu tenho que analisar qual é a monta desse dano e saber também quais são os benefícios que Belo Monte vai trazer”, afirmou. “Eu não tenho como gerar energia sem um impacto, nem como construir uma estrada sem um impacto. O fundamental é que esse impacto seja medido, com a análise do que é positivo ou negativo.”

Ariett Gouveia, Agência Indusnet Fiesp

Baixo índice de saneamento básico nas cidades brasileiras é debatido em seminário na Fiesp

Entre as ações necessárias, País precisaria investir R\$ 70 bilhões para proteger os recursos hídricos

O segundo painel do seminário “Água, Saúde, Enchentes e Escassez”, realizado no dia 18 de março pela Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), debateu temas como saneamento básico e reúso da água.

Eduardo San Martin, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp e do Ciesp, foi o moderador das apresentações. “A água tem de ser priorizada por aqueles que têm responsabilidade sobre ela. E todos nós somos responsáveis”, enfatizou San Martin.



Edison Carlos ressaltou que mais da metade da população brasileira não tem coleta de esgoto.

Foto: Helcio Nagamine/Fiesp

biológicos, e as companhias de saneamento devem mudar o sistema de tratamento vigente. “Nosso sistema e estações de tratamento não removem esses poluentes. A água sem tratamento adequado gera doenças diversas e problemas graves de saúde”, disse. Hespanhol ainda criticou as normas da Vigilância Sanitária Brasileira que, de acordo com ele, “não são representativas da sociedade brasileira”.

Para ele, existe uma percepção negativa do consumo de água reciclada e falta de confiança na segurança de sistemas avançados de tratamento e

de certificação da qualidade da água. “O reúso de água ainda é incipiente no Brasil, mas deve crescer em um futuro próximo, por necessidade”, previu.

Saneamento básico

Participante do debate, Edison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil, destacou que o saneamento básico é a infraestrutura fundamental que uma cidade precisa ter. “Nenhuma cidade deveria ser formada antes de ter água e esgoto tratados”, afirmou. O Trata Brasil trabalha para disseminar informações sobre os problemas e as oportunidades da água, saneamento básico e saúde.

Segundo ele, o Brasil perde um grande volume de água tratada (cerca de 40%), mais da metade da população não tem coleta de esgoto, apenas 38% do esgoto são tratados e cerca de 36 milhões de brasileiros ainda não têm acesso à água tratada.

Pesquisas realizadas pela Agência Nacional da Água (ANA) mostram que o Brasil necessita de um investimento de R\$ 70 bilhões para proteger os recursos hídricos do País, evitando escassez e outros problemas graves.

O presidente do Trata Brasil também afirmou que o brasileiro está “acostumado” com esses problemas frequentes e acaba cobrando muito pouco os deveres das autoridades em relação ao saneamento. “Ao todo, 75% das pessoas nunca cobraram nenhuma ação para a melhoria da situação de saneamento básico aqui no Brasil”, disse.

Reúso da água

O especialista em qualidade de água e presidente do Centro Internacional de Referência em Reúso da Água da Universidade de São Paulo (Cirra/USP), Ivanildo Hespanhol, abordou a sustentabilidade do sistema de água de São Paulo. De acordo com ele, há pelo menos dois parâmetros para avaliar a sustentabilidade do sistema de abastecimento de água: robustez, para atender uma demanda crescente, e resiliência, que é a capacidade de um sistema se recuperar após um impacto negativo. “A robustez do nosso sistema é insuficiente e a resiliência é zero”, criticou.

Hespanhol destacou temas que dizem respeito à água potável e ao reúso. Ele apresentou estudos, pesquisas e sistemas sobre a tratabilidade dos recursos hídricos, tecnologias modernas para o reúso da água e tratamento de esgotos. “Estamos em uma fase de mudança de tecnologia”, afirmou.

Ainda segundo o palestrante, o “cenário poluidor moderno” é composto por poluentes emergentes: os químicos e os

Direito previsto na Constituição

José Eduardo Ismael Lutti, 1º Promotor de Justiça de Meio Ambiente de São Paulo, afirmou que a Constituição Federal do Brasil preza, como um de seus princípios, um meio ambiente ecologicamente equilibrado. “Isso dá sustentação para uma vida sadia. De forma muito clara, sem saneamento básico, nós temos uma poluição hídrica assustadora”, disse.

Lutti afirmou que São Paulo tem um dos piores sistemas de gestão de recursos hídricos, com “legislações rígidas” e “péssimos gestores”. Segundo ele, o dinheiro público é mal investido, a população está desinformada e as fontes de informação oficiais não são confiáveis. “Precisamos ter um sistema de controle e regulação que seja satisfatório”.

O promotor disse que a mudança depende da própria sociedade, que deve cobrar do governo e dos gestores responsáveis respostas e soluções para tantos problemas apresentados: “A sociedade precisa se levantar e exigir um tratamento mais adequado, informações reais e uma gestão mais profissional dos recursos hídricos”, finalizou.

Amanda Viana, Agência Indusnet Fiesp

Cerimônia de entrega do Prêmio Responsabilidade Socioambiental será realizada no dia 27 de maio

O DMA, representando a Fiesp, participou de reunião, realizada no dia 26 de março, para escolha das personalidades e entidades que serão homenageadas pela Câmara Municipal de São Paulo com o Prêmio Responsabilidade Socioambiental. A solenidade de premiação ocorrerá durante a realização da XIII Conferência Municipal de Produção Mais Limpa, no dia 27 de maio.

Índice de Sustentabilidade Empresarial tem nova categoria

Todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA terão, a partir deste ano, a oportunidade de simular sua participação no processo de seleção do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O anúncio foi feito durante o lançamento do ISE 2014/2015, evento realizado na BM&FBOVESPA.

Nessa nova categoria, intitulada "Simulado", as companhias interessadas poderão responder ao questionário em qualquer momento do ano (dados do ano anterior), até duas vezes no ano, recebendo imediatamente após a conclusão o resultado da sua pontuação e a comparação com as notas mínimas, média e máxima das participantes do ano anterior. O Simulado permitirá a todas as empresas listadas, com especial valor para as que estão iniciando na sua jornada de sustentabilidade, ter um instrumento de diagnóstico qualificado de forma prática e rápida. Além disso, poderão se preparar para futuramente concorrer a integrar a carteira do ISE com mais propriedade e familiaridade com o processo.

O Simulado vem se somar às duas categorias tradicionais de participação no ISE, ambas abertas apenas às companhias detentoras

das 200 ações mais líquidas na BM&FBOVESPA. As categorias são: Elegível (para as empresas que querem concorrer a integrar a próxima carteira) e Treineira (para as empresas que querem treinar a participação no processo do ano corrente, sem concorrer a integrar a carteira).

Durante o evento, também foram apresentados o cronograma do ISE 2014/2015 e as atividades previstas para a comemoração dos 10 anos do índice, a ser celebrado em 2015. As empresas terão de 10 de março a 8 de agosto para se inscrever no processo e as respostas do questionário deverão ser entregues entre os dias 14 de julho e 22 de agosto. Mais informações em www.isebvmf.com.br.

* Publicado originalmente no site BM&FBOVESPA.

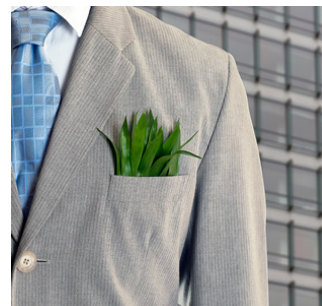


Foto: Philippe Put/CreativeCommos

Brasil deve gerar 1,1 milhão de toneladas de lixo eletrônico em 2014

O Brasil deve gerar aproximadamente 1,1 milhão de toneladas de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) pequenos em 2014, número que deve aumentar para 1,247 milhão toneladas em 2015. A previsão é do estudo Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos – Análise de Viabilidade Técnica e Econômica, encomendado pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção (SDP/MDIC) e pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). O levantamento mostra que os 150 maiores municípios brasileiros, a maioria nas regiões Sudeste e Sul, são responsáveis por cerca de dois terços de todo o lixo eletroeletrônico que, se estima, seja descartado no Brasil. Também há uma lista de iniciativas de coleta e reúso de REEE, levantamento do ciclo de vida dos eletroeletrônicos e o mapeamento do consumo, por região e por tipo de produtos, de eletroeletrônicos em todo o País.

Fonte: <http://www.desenvolvimento.gov.br>, em 13 de março de 2014.

Cetesb revisa valores orientadores para solos e águas subterrâneas

O Diário Oficial do Estado (DOE) publicou, em 21 de fevereiro, os Valores Orientadores para o Solo e Água Subterrânea no Estado de São Paulo - 2014, que passam a ser aplicados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) como referência de qualidade, para fins de prevenção ou intervenção em função das concentrações de substâncias poluidoras. A nova lista, com os valores orientadores para 85 substâncias, está estruturada por grupos, como os inorgânicos, hidrocarbonetos aromáticos voláteis, fenóis clorados, pesticidas e organoclorados. A lista abrange Valores de Referência de Qualidade (VRQ), Valores de Prevenção (VP) e Valores de Intervenção (VI).

Fonte: <http://www.cetesb.sp.gov.br>, em 13 de março de 2014.

Gestão segura de produtos químicos

O Ministério do Meio Ambiente realizou, dia 18 de março, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), o seminário Desenvolvimento de Infraestrutura Legal e Institucional para a Gestão Segura de Produtos Químicos. Os participantes discutiram o tema para o Desenvolvimento de Infraestruturas Legais e Institucionais para com a Comissão Nacional de Segurança Química (Conasq) e outras entidades.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>, em 19 de março.

MMA recebe proposta unificada do setor de embalagens e abre debate

O Ministério do Meio Ambiente recebeu, em 10 de março, proposta unificada do setor de embalagens relativa ao acordo setorial para a implantação do sistema de logística reversa de embalagens. O documento foi entregue ao secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, Ney Maranhão, durante reunião com representantes do setor, do varejo e do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR), antes de o governo tomar uma decisão.

Fonte: <http://www.mma.gov.br>, em 13 de março de 2014.

Instrução sobre licenças ambientais

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) publicou no Diário Oficial da União a Instrução Normativa IN nº 3, de 28 de fevereiro de 2014, que tem como principais alterações a IN nº 6/13, que passa a incluir a necessidade de apresentação das licenças ambientais das atividades desenvolvidas das empresas inscritas no Cadastro Técnico Federal (CTF), e a IN nº 8/12, que passa a ter diretrizes complementares para os fabricantes nacionais e os importadores de pilhas e baterias. Com a publicação, fica revogada a IN nº 31, de 3 de dezembro de 2009.

Informações em www.ibama.gov.br, em 18 de março de 2014.

Fórum Água: Gestão estratégica no setor empresarial

Em 19 de março, o DMA esteve presente ao evento Fórum Água, organizado para discutir a gestão integrada de bacias hidrográficas, gestão estratégica da água para gerenciamento de riscos e pegada hídrica, bem como possíveis soluções empresariais.

Ministério das Relações Exteriores

Diálogos sobre Política Externa

O DMA participou do painel "Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável", realizado no Itamaraty, em Brasília (DF), no dia 21 de março. No evento, que contou com a participação de representantes do governo e da sociedade, foram debatidos temas relevantes da política externa brasileira.

Conselho Superior de Meio Ambiente- Cosema

BNDES investiu R\$ 26,4 bilhões em projetos ambientais em 2013

Guilherme da Rocha Cardoso, chefe do departamento de Meio Ambiente do BNDES, convidado da reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp, destacou a atual agenda do banco na área

O investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em economia verde e financiamento climático alcançou R\$ 26,4 bilhões no ano passado, o que representa aumento de 35% nos últimos três anos. O dado foi apresentado por Guilherme da Rocha Cardoso, chefe do departamento de Meio Ambiente do banco, durante reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), realizada no dia 25 de março na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Durante a exposição, Cardoso ressaltou os apoios financeiros que o banco realiza na área ambiental e a evolução da agenda da instituição na área. Hoje, segundo ele, a área ambiental é um dos principais focos da instituição, ao lado de inovação e desenvolvimento humano.

Projetos do BNDES

Cardoso destacou durante a reunião os atuais projetos desenvolvidos pelo banco que têm como foco a melhoria do setor ambiental no Brasil. “O Inova Sustentabilidade, plano do governo federal para estimular a inovação, lançado em março de 2013, já disponibilizou em linhas de investimento cerca de R\$ 8,5 bilhões”, informou.

Outra ação de destaque, segundo ele, é o Projeto Fundo Clima, destinado a projetos e financiamento de empreendimentos que visem a mitigação ou a adaptação à mudança do clima e seus efeitos. Apesar da forte atuação em temas ligados

ao meio ambiente, Cardoso afirma que o banco pode realizar ainda mais pelo País. “Precisamos da evolução das políticas socioambientais, de apoio para a implementação da política nacional de resíduos sólidos, de promoção de investimentos em ecoeficiência e tecnologias verdes, além de explorar oportunidades de negócios sustentáveis”, ressaltou.

Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp



Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Segundo Cardoso, a área ambiental é um dos principais focos do BNDES.

Participação da iniciativa privada na Copa chega a apenas R\$ 3,8 bilhões

O custo total está estimado em R\$ 25,5 bilhões. A maior parte dos gastos sairá dos cofres públicos



Os números referentes aos investimentos para a Copa do Mundo de Futebol no Brasil foram apresentados pelo engenheiro José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato da Arquitetura e Engenharia (Sinaenco), durante a reunião do Cosema. “Todos devem se lembrar que se falava que a Copa do Mundo seria feita pela iniciativa privada, com pouco investimento público. Na verdade, a iniciativa privada entra com R\$ 3,8

bilhões e o restante é público, é do Governo Federal e dos governos locais”, afirmou Bernasconi.

Na avaliação do presidente do Sinaenco, o que deu para fazer em termos de obras para a Copa do Mundo do Futebol está feito e, agora, são arranjos finais, o que significa finalizações apressadas, custos superiores ao estimado e baixa qualidade, treinamento insuficiente de pessoal e legado inferior ao esperado. Para Bernasconi, o Brasil precisa aderir à cultura de entrega de um projeto de engenharia completo, antes mesmo da licitação para determinada obra. “Ou o País aprende a licitar as obras com o projeto completo de engenharia ou não adianta se queixar. Isso porque o projeto representa o genoma do produto. Ou investem tempo nos projetos ou não se queixem dos resultados”, alertou.

Alice Assunção, Agência Indusnet Fiesp

Brasil pode melhorar capacitação dos recursos humanos e ampliar pesquisas

“Temos no Brasil condições efetivas de poder melhorar sensivelmente a capacitação de recursos humanos ao mesmo tempo em que há possibilidades, a partir dessa capacitação, de ampliar o quadro de pesquisas. Essas pesquisas precisam chegar aos setores empresariais”. A afirmação é de Arlindo Phillipi Junior, professor titular da Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (Capes).

Phillipi, que participou da reunião do Cosema, observou que a capacitação de pessoas com nível superior pode refletir diretamente em questões ainda delicadas no Brasil, como a cultura do planejamento. “Algumas das questões que trago a vocês têm reflexos reais em futuros planejamentos no País, uma vez que nós normalmente não somos muito dados ao planejamento”, ressaltou.



Para Phillipi, o País tem condições de melhorar a capacitação de pessoas e a cultura de planejamento

Foto: Tâmara Waqued/Fiesp

Fóruns ambientais

Comitês de Bacias Hidrográficas

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Câmara Técnica de Planejamento

O cancelamento da indicação do empreendimento “Plano de Macrodrenagem da Bacia do Rio Jundiá”, em função do montante do plano ter sido superior ao valor deliberado, foi o tema da reunião realizada em 7 de março, em Santa Bárbara do Oeste (SP). Na reunião, acompanhada pelo DMA, também foi ratificada a indicação de representante do CBH-PCJ para o Grupo Técnico de Assessoramento para Gestão no período de escassez do sistema Cantareira e aprovado o Plano de Trabalho das Câmaras Técnicas do Comitê PCJ, dentre outros assuntos.

Conselho fiscal do Consórcio PCJ

Representantes do Conselho Fiscal do Consórcio PCJ, formado por vereadores de 43 municípios, além de usuários industriais da região, prefeituras, serviços de saneamento, universidades, sociedade civil organizada, promotora pública de Campinas e Piracicaba e representantes da comunidade participaram de um debate sobre posicionamentos em relação à garantia do balanço hídrico da Grande São Paulo e das Bacias PCJ. O DMA participou do encontro, realizado em 11 de março, na Câmara Municipal em Campinas (SP).

Enquadramento de corpos d'água nas bacias PCJ

Em 19 de março, o DMA participou do seminário realizado em Piracicaba (SP), quando foi debatida a questão do enquadramento de corpos d'água nas bacias PCJ. Estiveram presentes ao evento representantes do Grupo de Ação Especial para o Meio Ambiente (GAEMA) de Campinas e Piracicaba, como palestrantes, além de especialistas no tema.

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento

Em 10 de março, o DMA esteve no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em Presidente Prudente (SP), para reavaliação dos critérios para investimento de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) no CBH-PP.

Rio Turvo e Grande (CBH-TG)

Grupo Técnico da Cobrança

A apreciação das propostas das Secretarias Executivas dos CBHs para substituição da minuta de deliberação do CRH que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança dos usuários urbanos e industriais, no domínio do Estado de São Paulo, ocorreu durante reunião realizada em 10 de março, em São José do Rio Preto (SP). O DMA acompanhou a reunião.

Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Grupo de Trabalho do Plano de Bacia (GT-PB)

Em 11 de março, o DMA esteve presente à reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos do CBH-Paranapanema, realizada em Marília (SP), para apreciação do diagnóstico preliminar elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Alto Paranapanema (CBH-Alpa)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Os projetos do Comitê que irão pleitear verbas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) foram avaliados em reunião realizada no dia 12 de março, em Pirajú (SP). O DMA acompanhou os debates.

Médio Paranapanema (CBH-MP)

Grupo Técnico da Cobrança (GT-Cob)

Em 14 de março, o Grupo Técnico da Cobrança realizou reunião para apreciação do segundo parecer da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho de Recursos Hídricos sobre o Estudo de Fundamentação da Cobrança pelo uso da água. O DMA esteve presente à reunião, realizada em Marília (SP).

Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS)

Em reunião realizada em Marília (SP), no dia 26 de março, foi definida a composição do Grupo de Trabalho do Plano de Bacias e apreciado o segundo parecer da Câmara Técnica de Cobrança do Conselho de Recursos Hídricos sobre o Estudo de Fundamentação da Cobrança pelo uso da água e habilitação, análise técnica e pontuação dos projetos protocolados para obtenção de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 junto ao CBH-MP. O DMA acompanhou a reunião.

Rios Turvo e Grande (CBH-TG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento dos Recursos Hídricos

Em 17 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em São José do Rio Preto (SP), para apreciação e hierarquização dos pleitos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

A aprovação das prioridades de investimentos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2014 foi o tema central da reunião realizada em 7 de março, em Jales (SP). O DMA esteve presente à reunião.

Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama)

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, relatou, em reunião realizada em Brasília (DF), no dia 19 de março, que a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA) fará uma análise de todas as resoluções Conama que estão em desuso ou em vigor, frente às novas legislações vigentes. Ela fez uma avaliação de todas as propostas de resoluções atualmente em discussão nas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos que terão prosseguimento dentro do Conama e quais serão arquivadas. Na reunião, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA) informou que não foi entregue pelo setor empresarial afetado estudo sobre substituição de substâncias perigosas contidas em pilhas e baterias, conforme exigência do artigo 26 da resolução Conama 401/98. Na reunião, não houve deliberação sobre propostas de resoluções e recomendações.

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental – Diplomas Legais Recentes

Federal

Lei nº 12.954, de 5 de fevereiro de 2014

Cria o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas; altera a estrutura básica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; cria cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS); altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; revoga dispositivo da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, e dá outras providências.

Resolução SFB nº 23, de 18 de fevereiro de 2014

Institui o Manual de Campo do Inventário Florestal Nacional (IFN) como documento de referência nacional para a coleta de dados em campo no âmbito do IFN, e dá outras providências.

Resolução conjunta ANA/DAEE nº 120, de 10 de fevereiro de 2014

Dispõe sobre a criação do grupo técnico de assessoramento para gestão do Sistema Cantareira no atual período de crise de escassez de chuvas e afluições.

Portaria Inmetro nº 106, de 26 de fevereiro de 2014

Consulta Pública. Regulamentação da área de produtos perigosos.

Portaria MMA nº 70, de 19 de fevereiro de 2014

Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão e uso do Selo Sustentabilidade - Baixo Carbono aos participantes do Projeto de Compensação de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), do Campeonato Mundial de Futebol 2014.

Instrução Normativa Ibama nº 3, de 28 de fevereiro de 2014

Regulamenta o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP), nos termos dessa Instrução Normativa.

Instrução Normativa Ibama nº 1, de 31 de janeiro de 2014

Altera a Instrução Normativa nº 6/2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

Portaria MMA nº 55, de 17 de fevereiro de 2014

Estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) relacionados à Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e dá outras providências no âmbito do licenciamento ambiental federal.

Norma da Autoridade Marítima nº 20/ 2014

Gerenciamento de água de lastro de navios.

Projetos de lei (PL)

PL nº 7212/2014 – Institui certificação dos níveis de emissão de dióxido de carbono (CO₂) por veículos.

PL nº 7201/2014 – Dispõe sobre a responsabilidade criminal das pessoas jurídicas por condutas lesivas ao meio ambiente.

PL nº 7182/2014 – Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal; institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

PL nº 7162/2014 – Dispõe sobre incentivos fiscais à utilização de materiais 100% reciclados em residências e empresas.

PL nº 7144/2014 – Dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências.

PL nº 7127/2014 – Estabelece crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a aquisição de desperdícios, resíduos e aparas de plásticos PET.

Estadual (SP)

Decreto nº 60.151, de 14 de fevereiro de 2014

Dá nova redação a dispositivo que especifica do Decreto nº 56.769, de 14/2/2011, que aprova o Projeto Feap Floresta, através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar (FEAP-Banagro), de interesse para a economia estadual, e dá providências correlatas.

Decreto nº 60.150, de 13 de fevereiro de 2014

Regulamenta a Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil.

Resolução SMA nº 14, de 25 de fevereiro de 2014

Estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

Resolução conjunta SES/SMA/SSRH nº 1, de 20 de fevereiro de 2014

Institui Comitê Permanente para Gestão Integrada da qualidade da água destinada ao consumo humano no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

Resolução SMA nº 10, de 7 de fevereiro de 2014

Define a Área Sob Proteção Especial do Pontal do Paranapanema e dá outras providências.

Resolução conjunta SMA/SAA nº 2, de 31 de janeiro de 2014

Altera o artigo 3º da Resolução Conjunta SMA/SAA nº 1, de 13/06/2008, que constitui o Grupo Executivo para o acompanhamento do Protocolo de Cooperação que estabelece ações destinadas a consolidar o desenvolvimento sustentável dos plantadores de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e dá outras providências.

Resolução conjunta SMA/SAA nº 1, de 31 de janeiro de 2014

Altera o artigo 3º da Resolução Conjunta SMA/SAA nº 2, de 1/08/2007, que constitui o Grupo Executivo para o acompanhamento do Protocolo de Cooperação que estabelece ações destinadas a consolidar o desenvolvimento sustentável da indústria de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo e dá outras providências.

Decisão Cetesb nº 45/2014/E/C/I, de 29 de janeiro de 2014

Dispõe sobre a aprovação dos Valores Orientadores para Solos e Águas Subterrâneas no Estado de São Paulo – 2014, em substituição aos Valores Orientadores de 2005 e dá outras providências.

Projetos de lei (PL)

PL 154/14 – Obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos referidos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

PL 39/14 – Dispõe sobre a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), a elaboração de avaliação de impactos ambientais para licenciamentos e programas de projetos potencialmente causadores de degradação ambiental.

Casos de sucesso

Redução e Reaproveitamento de Resíduos na Obra

Empresa: MBigucci Comércio e Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A MBigucci é uma empresa de capital fechado, do ramo da construção civil. A atuação da empresa tem como foco empreendimentos residenciais, comerciais e industriais. Constrói habitações para todas as classes sociais, principalmente para a classe média, buscando dessa forma, minimizar o déficit habitacional do País.

Descrição das Medidas Adotadas

Redução da quantidade de resíduos gerados nas obras, que impactam diretamente no meio ambiente, por meio do máximo reaproveitamento/reutilização nos canteiros e envio dos resíduos restantes para empresas

licenciadas ambientalmente e que tenham processo de beneficiamento (reciclagem). O foco da meta ambiental de redução são os resíduos de gesso, madeira e entulho cinza.

Resultados Ambientais e Econômicos

Madeira - A meta inicial era reduzir 37,5% do resíduo. No período analisado, houve uma redução de 80,41%, com a diminuição de 673 caçambas para 132 caçambas do material.

Gesso - A meta inicial era uma redução de 33,33%. No período analisado, houve redução de 47,18%, com a diminuição de 85 caçambas para 45 caçambas do material.

Entulho cinza/alvenaria - A meta inicial era uma redução de 40%. No período analisado, o resíduo de entulho cinza foi reaproveitado praticamente em sua totalidade para realizar o enchimento do que será o piso do subsolo.

Eventos Gratuitos

Inscrições para o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental vão até 23 de abril

As inscrições para o 20º Prêmio FIESP de Mérito Ambiental foram prorrogadas.

Aproveite a oportunidade e mostre que sua empresa valoriza o meio ambiente.

Inscrição seu projeto e multiplique boas práticas.

NOVA DATA-LIMITE: 23 DE ABRIL DE 2014



Avaliação de ciclo de vida de produtos será tema de simpósio na Faculdade Senai

A Faculdade Senai de Tecnologia Ambiental promoverá um simpósio, no dia 2 de abril, para apresentação das aplicações da Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) de Produtos. Especialistas na área vão discutir as interações entre a ACV e Produção mais Limpa em prol da sustentabilidade, indicadores de sustentabilidade como o uso da ACV e a aplicação dessa ferramenta na indústria. As palestras vão abordar, entre outros tópicos, a interação indústria-ambiente, os fatores externos que afetam a ecologia industrial, a rotulagem ambiental e a importância da ACV como ferramenta de conscientização e mudança de paradigma do consumidor.

As inscrições para o simpósio, gratuitas, podem ser feitas por e-mail (apoiofaculdade116@sp.senai.br) ou pelo telefone (11) 4109-9499, ramal 130. O programa completo do evento pode ser consultado no site meioambiente.sp.senai.br

Programação

8h às 9h - Recepção e cadastramento

9h às 9h15 - Abertura

9h15 às 10h30 - Ecologia Industrial: as interações entre ACV e a P+L em prol da sustentabilidade - Palestrante: Dr. Biagio Fernando Giannetti

10h30 às 11h - Coffee break e apreciação de pôster

11h às 12h15 - ACV como Ferramenta da Indústria - Palestrante: Esp. Roberto de Melo Araújo

12h15 às 14h - Intervalo para almoço

14h às 15h15 - Marketing ambiental ou Greenwashing? Como a ACV contribui para resolver esta questão - Palestrante: MSc. Gleice Donini de Souza

15h15 às 15h45 - Coffee break e apreciação de pôster

15h45 às 17h - Indicadores de sustentabilidade usando ACV - Palestrante: MSc. Laércio Romeiro

17h às 18h - Encerramento / Apresentação artística do madrigal Vocalíbis

Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal.

Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.